



## EDITORIAL

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) completou 82 anos de fundação. Em mais de oito décadas de atuação, o Inep está a serviço do desenvolvimento da educação brasileira por meio das evidências que produz. Vinculada ao Ministério da Educação, a autarquia é uma das maiores e mais especializadas instituições de avaliação educacional do mundo. Chamado inicialmente de Instituto Nacional de Pedagogia, o Inep foi criado, por lei, em 13 de janeiro de 1937, no Rio de Janeiro. Foi em 1938, entretanto, que o órgão iniciou, de fato, seus trabalhos.

Segundo o Decreto-Lei, cabia ao Inep “organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do país e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos”. Também era sua função participar da orientação e seleção profissional dos funcionários públicos da União.

Em 1972, o Inep foi transformado em órgão autônomo, passando a ser denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. O objetivo era realizar levantamentos da situação educacional do país. Esses levantamentos deveriam subsidiar a reforma do ensino em andamento, bem como ajudar na implantação de cursos de pós-graduação. Um ano depois, os centros regionais, que haviam se agregado parcialmente às universidades ou às secretarias de Educação dos estados, foram extintos.

A partir de 1995, aconteceu o processo de reestruturação do órgão. Com a reorganização do setor responsável pelos levantamentos estatísticos, pretendia-se que as informações educacionais pudessem, de fato, orientar a formulação de políticas do

Ministério da Educação. O primeiro passo se deu com a incorporação do Serviço de Estatística da Educação e Cultura (Seec), em 1996, à Secretaria de Avaliação e Informação Educacional (Sediae), do Ministério da Educação. O Seec, criado em 1937, era um órgão do Poder Executivo com longa tradição na realização de levantamentos estatísticos na educação brasileira. Em 1997, a Sediae foi integrada à estrutura do Inep, passando a existir, a partir desta data, um único órgão encarregado das avaliações, pesquisas e levantamentos estatísticos educacionais no âmbito do governo federal.

Também em 1997, o Inep foi transformado em autarquia federal. Desde então, o instituto reorganizou o sistema de levantamentos estatísticos e teve como eixo central de atividades as avaliações em praticamente todos os níveis educacionais. A partir de sua transformação em autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, foram estabelecidas as seguintes finalidades para o Inep: organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais; planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional para o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino; apoiar o Distrito Federal, publicar estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Com a missão de subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo, e assim contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, o Inep produz evidências sobre educação e atua nas seguintes áreas: Avaliações, exames e indicadores da educação básica: Sistema Nacional da Educação Básica (Saeb); Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja); indicadores educacionais.

Avaliações, exames e indicadores da educação superior: Avaliação in loco: de cursos e instituições de educação superior; Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida); Indicadores de Qualidade da Educação Superior – Conceito Enade (CE), Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), Conceito Preliminar de Cursos (CPC), Índice Geral de Cursos (IGC); Sistema de Avaliação de Escolas de Governo (Saeg).

Ações internacionais: Exame de Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras); Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja Exterior); Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa); Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis); Estudos Regionais Comparativos e Explicativos (Erce); Programa de Indicadores dos Sistemas Educacionais Nacionais (Ines); Setor Educacional do Mercosul (SEM); Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul (Arcu-sul); Redes de Agencias Nacionales de Acreditación de la Educación Superior (Races); Metas Educativas 2021; Agenda 2030; Cooperação Técnica Internacional. Estatísticas educacionais: Censo Escolar; Censo da Educação Superior.

Produção, disseminação e arquivo da educação: estudos e pesquisas educacionais; Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE); Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec); Publicações Científicas – RBEP, Em Aberto, Relatos de Pesquisa, Textos para Discussão, Estado do Conhecimento.

*Fonte: Site do Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social*